

Os dragões da maldade contra o santo guerreiro

Marco Antonio Villela dos Santos

Desde que se inaugurou o governo Lula, os quadros do PT instalados nos aparelhos ideológicos de Estado iniciaram um movimento, repetindo mil vezes o bordão de que o governo Lula representava a luta da "esquerda contra a direita", o "Santo Guerreiro" contra os "dragões da maldade", ou seja, as elites nacionais e internacionais, os banqueiros de toda origem, o capital financeiro internacional *et cetera*.

Durante a campanha eleitoral para a presidência da República, em 2006, e principalmente no segundo turno, esses militantes da (mal) chamada "esquerda" e apoiadores do governo de Lula e do PT - um espectro que vai de Delfim Netto (soba da ditadura militar e participante da "missa negra" que assinou o AI-5) ao PCdoB - intensificaram a faina de redigir artigos, panfletos eleitorais sobre a luta entre "esquerda e direita" que, afirmavam, estava sendo travada no país naquele momento. Essa prolífica produção de meias-verdades e de inverdades inteiras, de fatos distorcidos ou ocultados, que permanece na disputa pela composição do governo e pelo seu programa no segundo mandato [1], recebeu uma significativa contribuição com a publicação do artigo "Lula é muitos", de Antonio Negri e Giuseppe Cocco, na Folha de S. Paulo do último dia 18 de dezembro. Como o artigo de Negri e seu parceiro representa o supra-sumo desta corrente que se avoluma até hoje, fazer sua crítica é válido para revelar as alucinações que os interesses do capital podem provocar neste setor da camada média que se coloca a serviço do capital.

"Lula é muitos"

A idéia central do artigo de Negri e Cocco é de uma "radicalização democrática", uma "maior mobilização democrática", revelada pelo governo Lula; governo, segundo os autores, "não apenas 'representante' dos movimentos mas também, em parte, sua expressão". Expressão essa que, por sua vez, também se torna possível a partir do governo, inclusive na forma da "pressão social que renova continuamente sua legitimidade".

A partir desse eixo delirante analisa alguns aspectos do governo de Lula e do PT em meio a expressões (conceitos?) como "rizomaticamente", "movimento horizontal de mobilização democrática", "decisionista", política externa "pós-nacional e pós-soberana", "nacionalismo identitário". Como diria Lênin, um palavrório vazio para iludir e enganar a consciência dos operários e das massas trabalhadoras...

"A elite treme"

Segundo Negri e Cocco, "a elite treme" com a reeleição de Lula, pois "Lula foge ao controle dos poderes fortes da elite cínica e racista" e "dessa vez, sua eleição não foi homologada por nenhum 'satisfecit' prévio do establishment" (negrito nosso). Será mesmo?

Sabemos, desde Marx, que o capitalista interessa enquanto personificação do capital. Ou seja, ao invés da análise crítica se perder em estéreis discussões em torno de elites, personalidades, etc., interessa saber a quais classes pertencem cada discurso e cada ação. Para nós, isso significa fazer a análise concreta da situação concreta, do ponto de vista da luta de classes do proletariado e demais classes oprimidas.

Neste caso, o importante não são as cartas de um FHC, os discursos decorados de um Alckmin ou as diatribes de um ACM durante a campanha eleitoral - de resto cartas do "mesmo" baralho, que tiveram suas capacidades de administrar o Estado em prol da burguesia superadas por Lula e pelo PT - mas sim quais os interesses objetivos da classe dominante, especialmente do capital financeiro, e como eles vêm sendo atendidos durante o governo de Lula e do PT.

É deste ponto de vista, materialista e dialético, que procedemos a crítica, agora sim, radical, do artigo de Negri e Cocco.

Lucros bancários e especulação financeira desenfreada

"O lucro dos bancos dobra em quatro anos", noticiou a Gazeta Mercantil em sua principal manchete de capa, no último dia 6 de dezembro. A matéria informa que o lucro dos 50 maiores bancos atuantes no país passou de R\$12,7 bilhões, de janeiro a setembro de

quinzenalmente

Grupos de Estudo

Informações e participação:
entre em contato
com o CeCAC

Março

8 de março, 5ª feira

Filme e debate

A luta de Harlan

de Tony Bill (EUA, 2000)

Homenagem ao Dia Internacional da Mulher

22 de março, 5ª feira

Palestra e Debate

Conjuntura: o conto do PAC

com
Marco Antonio V. dos Santos

Abril

19 de abril, 5ª feira

Filme e debate

Zuzu Angel

de Sérgio Resende
(Brasil, 2006)

Maio

31 de maio, 5ª feira

Filme e debate

Corações e Mentas

de Peter Davis (EUA, 1974)
*Homenagem a Ho Chi Minh
e à vitória do povo
vietnamita contra a
agressão estadunidense*

As atividades na sede do
CeCAC têm início às 18:30h

2003, para R\$23,4 bilhões, no mesmo período de 2006.

Esse resultado só não foi maior, chegando perto dos R\$30 bilhões, porque Itaú, Bradesco e Unibanco amortizaram integralmente, em um único trimestre (o que poderia ser diluído em até cinco anos), suas aquisições recentes dentro do movimento de centralização de capital financeiro em curso no Brasil na última década.

Esse procedimento contábil reduz não apenas o lucro declarado dos bancos que dele se utilizam como reduz também, e essa é a razão de sua existência, seu imposto de renda a pagar!

Só essas últimas amortizações incluem: Itaú-BankBoston, R\$2,7 bilhões; Bradesco-vários bancos, R\$2,1 bilhões; Unibanco-vários bancos, R\$464 milhões, de acordo com Maria Christina Carvalho, em "Ágio distorce resultado dos bancos" (jornal Valor Econômico, 10.11.2006). Na mesma medida em que reduz o lucro do terceiro trimestre, esse procedimento projeta lucros "espetaculares" para o final do ano.

Por outro lado, a especulação financeira corre solta no país. Somos cotidianamente informados de que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) bate recorde atrás de recorde. Isso no país que nos últimos anos só supera o Haiti em matéria de crescimento econômico dentre os países da América Latina e do Caribe, o que deve se repetir em 2007, de acordo com a Cepal (FSP, 15.12.2006, pg. B4).

Realmente, "Lula...", Mantega, luminar da "Escola do ABC" – considerada pela "nossa esquerda" como superior à "Escola de Chicago" em matéria de neoliberalismo – Meirelles, e t caterva, "fogem ao controle"...

Observando o gráfico ao lado, percebe-se que o índice Bovespa quadruplicou de 2003 a 2006. Só em 2003, primeiro ano do governo de Lula e do PT, a Bovespa duplicou seu índice. Para quem não lembra, recordemos que 2003 foi um ano marcado pela recessão no primeiro semestre, com o PIB crescendo apenas 0,5% no ano.

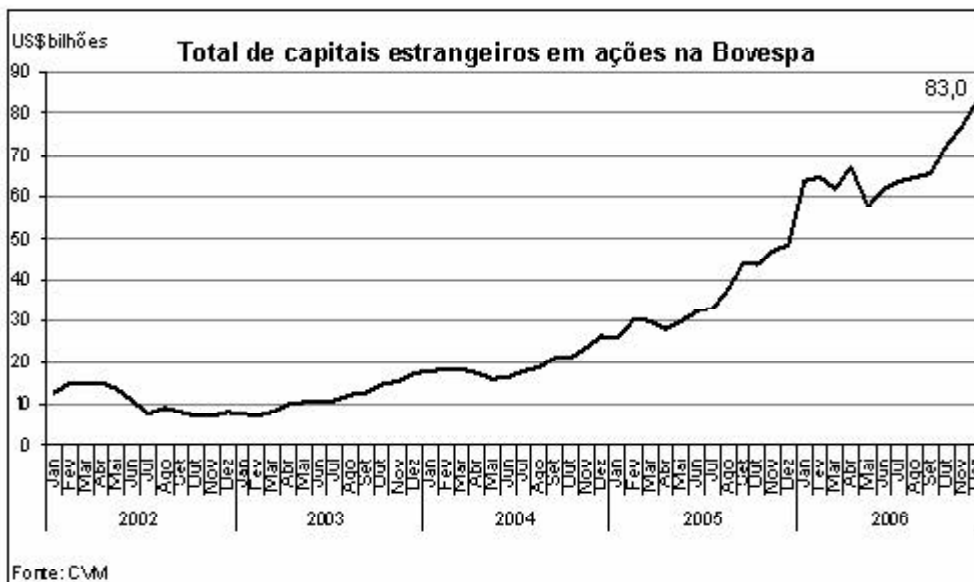
O que ocorreu para gerar esses resultados tão discrepantes? Simples. Com as definições da equipe econômica (Palocci, Meirelles, Levy [2], Lisboa e cia.), de aumentos do superávit fiscal e dos juros, o capital financeiro percebeu que o governo já se havia ajoelhado como prometera. Quem ganhou mais que a especulação financeira?

Mas a definição da política econômica pró-capital financeiro não é ainda toda a estória. Há um outro fator que estimula esse comportamento fortemente especulativo das ações. Certamente não são as perspectivas de crescimento do país. Nem tampouco exclusivamente a redução dos juros pelo Banco Central, que ainda permanecem em

13% ao ano, ou pouco menos de 9% descontada a inflação. Aliás, como vimos dizendo, o "crescimento" do país que tanto alegra a tal "esquerda desenvolvimentista" (sic!) não passa, na verdade, do processo de "acomodação" da formação econômico-social brasileira às mudanças da economia mundial, do imperialismo. Processo que, diga-se a bem da verdade, iniciou-se no governo de Fernando Collor, coisa que o hoje senador reivindica analisando seu apoio ao governo Lula em entrevista à Folha de S.Paulo (entrevista com Fernando Collor. "Agenda econômica de 1990 continua, diz Collor". Fernanda Krakovics e Valdo Cruz. FSP. 01.02.2007).

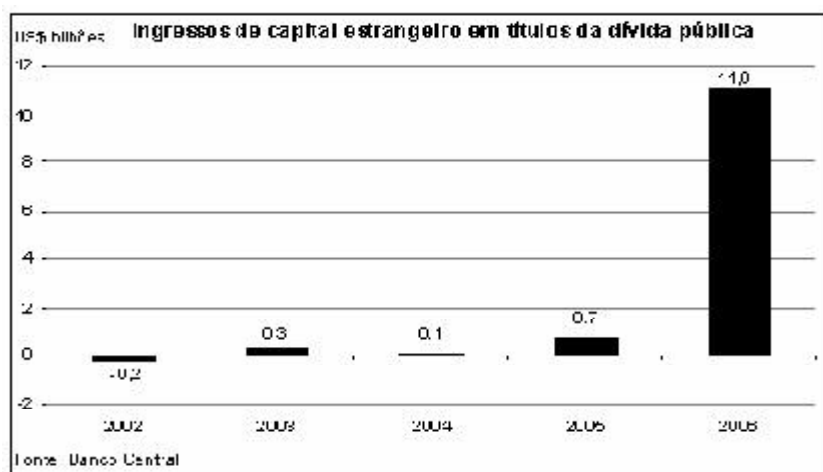
O motor do desempenho do mercado acionário, parte da política econômica neoliberal, são os fortes ingressos do capital estrangeiro explicitamente estimulados pelo governo de Lula e do PT. De um montante total de US\$7,8 bilhões no começo do governo Lula, o valor da carteira de capitais estrangeiros investidos em ações atingiu US\$83 bilhões ao final do primeiro mandato, um indescritível crescimento de 968%!!! (veja o segundo gráfico abaixo)

Como é realmente difícil de acreditar, convidamos os céticos a visitarem o sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no link: www.cvm.gov.br. Na página inicial, selecionem "Dados e Publicações CVM", depois "Informativo CVM", das várias planilhas eletrônicas disponíveis, selecione em "Investimento Externo" a planilha "Valor da Carteira". Os menos céticos podem acessar direto a página



www.cvm.gov.br/port/public/ASE/icvm/base_financeira/Valor.xls. Com uma "mãe" dessas, que elite precisa de "satisfecit' prégio"?

No entanto, a mais descarada medida de favorecimento ao capital financeiro – do ponto de vista dos seus resultados para os especuladores internacionais, é claro – foi a isenção de imposto de renda e de CPMF para que comprem títulos da dívida pública brasileira, efetivada por medida provisória (MP 281) em fevereiro de 2006, atualmente [Lei 11.312/2006](#). Os dados do gráfico abaixo mostram como gostaram do presente, já que essa renúncia fiscal do governo Lula se transforma, automaticamente, em gordos lucros a serem embolsados. Ou seja, a isenção permitindo ao capital financeiro deixar de pagar impostos vira lucro direto "na veia", como diria a ministra Dilma. O que nunca antes na história deste país, para usar o jargão de Lula, havia ultrapassado os US\$700 milhões de acordo com o Banco Central, atingiu US\$11 bilhões em 2006, um crescimento de 1.503% em um único ano!!!



Ou seja, o capital financeiro, o capital monopolista, nunca teve, nem tem agora porque "tremar", ou imaginar que algo "saiu do seu controle" no governo de Lula e do PT. Todas as medidas acima, para não falar dos sempre mencionados juros da dívida pública e das taxas de juros recordes do Banco Central – presidido pelo ex-presidente mundial do BankBoston, do qual recebe "aposentadoria" de US\$750 mil por ano (FSP, 12.01.2003, pg. B1) e deputado federal eleito pelo PSDB, nunca é demais lembrar – representam lucros recordes para a especulação, contribuem para a redução do investimento produtivo, apreciam a taxa de câmbio e limitam o crescimento do país defendido pelos "desenvolvimentistas".

Capitulação, ou beijando a cruz

Depois disso, dessa experiência de administração extremamente favorável aos interesses do capital estrangeiro no primeiro mandato, é certo que a reeleição de Lula não necessitou, "dessa vez", do beneplácito do sistema financeiro e das classes dominantes, "establishment" no dizer de Negri e Cocco. O que esses autores não mencionam, no entanto, é que isso já foi necessário, nas eleições de 2002.

Naquele momento, quando o "establishment" exigiu o compromisso de Lula e do PT com a política neoliberal, eles não se furtaram a escrever a "Carta ao Povo Brasileiro", mais conhecida como Carta aos Banqueiros de todo o Mundo, na qual se comprometeram a não romper contratos ou, em português claro, a não mexer com os lucros do capital financeiro, principalmente sob a forma de juros da dívida pública.

Para quem não lembra mais, dois trechos significativos: "Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país"; e "Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos". A carta pode ser consultada em <http://www.pt.org.br>.

Ou seja, quando foi necessária a anuência explícita das classes dominantes, Lula e o PT não se furtaram a pedir claramente esta aprovação. Beijar a cruz, na feliz expressão de Paulo Arantes. Ou capitulação, no dizer mais direto de Francisco de Oliveira [3].

Ao invés da ficção criada por Negri e Cocco, temos no país o que Francisco de Oliveira define, em [entrevista](#) à Gazeta Mercantil (7/12/2006, pg. A-6), como "uma hegemonia ao avesso. Quem dá a direção para onde vai a sociedade, simbolicamente, são os dominados, mas o poder, de fato, está com os de cima. ... Os de baixo estão governando para os de cima" (Gazeta Mercantil, 07.12.2006, pg. A-6). Não os de baixo propriamente..., porém como diz Francisco de Oliveira, "simbolicamente".

"Agora, a única frustração que eu tenho é que os ricos não estejam votando em mim. Porque eles ganharam dinheiro como ninguém no meu governo." (Lula. FSP, 18.09.2006, pg. A6)

De fato, nunca antes na história deste país, para continuar com o jargão de Lula, os capitalistas ganharam tanto dinheiro, seja com a especulação financeira, seja com os juros ou com as exportações de commodities.

De acordo com a revista "Exame – Melhores e Maiores", de julho de 2006, as 500 maiores empresas que atuam no país tiveram, em 2005, seu maior lucro histórico. Utilizando o dólar com valor constante de 2005, de US\$2,56 bilhões de lucros apurados em 2002, elas atingiram US\$36,78 bilhões em 2005 (pg. 58), um aumento de 1.334% em três anos.

Os fatos são inquestionáveis. O governo de Lula e do PT aplicou, durante todo seu primeiro mandato, a política econômica neoliberal, com tanto vigor quanto FHC, Fernando Collor, senão maior, como diz o próprio Collor (FSP, 01.02.2007). Todos os elementos da política econômica neoliberal estão presentes: arrocho monetário, com os maiores juros do mundo decorrentes das "metas para a inflação"; arrocho fiscal, com aumento no superávit primário e corte dos investimentos públicos; câmbio apreciado, repetindo os níveis da época das bandas cambiais de Gustavo Franco; além das várias medidas que favorecem o capital financeiro e demais frações da classe dominante.

Ao contrário do delírio de Negri e Cocco, achamos que os elementos apresentados acima comprovam o que já vimos dizendo há algum tempo: "que Lula e o PT no governo continuariam aplicando a mesma política do imperialismo iniciada por Collor e continuada por FHC em seus dois mandatos" e "que o PT representa os interesses das classes dominantes no geral, e de alguns de seus setores em particular – hoje os setores mais estreitamente ligados ao imperialismo" (www.cecac.org.br/MATERIAS/eleicoes_2006.htm), dos quais o capital financeiro e o capital internacional, principalmente.

notas:

[1] O rascunho inicial deste artigo já estava pronto ao final de 2006. Assim, ainda não dispúnhamos de informações concretas sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

anunciado no discurso de posse de Lula, em 1º de janeiro de 2007, e divulgado três semanas depois.

Outro artigo, em elaboração, analisará em detalhes o PAC e mostrará que essa mesma e falsa disputa “direita e esquerda” contamina a análise concreta de seus objetivos e impactos. Esses, por sua vez, são ao mesmo tempo perfeitamente adequados ao processo de “regressão a uma situação colonial de novo tipo” que analisamos/criticamos/denunciamos em nosso sítio no http://www.cecac.org.br/boletins/boletim_CeCAC_mar_abr2006.PDF e mantém o capital financeiro em sua situação inatacável.

[2] Joaquim Levy é um “Chicago boy”, ex-funcionário do FMI, que, herdado da equipe econômica de FHC, comandou o arrocho fiscal do primeiro mandato de Lula. Agora ele foi “tirado” de seu emprego em Washington para repetir sua política no governo do estado do Rio de Janeiro.

[3] Ver ARANTES, Paulo E. Beijando a Cruz. *Revista Reportagem*, abril de 2003. Republicado em *Zero À Esquerda*. SP: Conrad Editora, 2004. E também OLIVEIRA, Francisco de. O Momento Lênin. *Novos Estudos Cebrap*, nº 75, julho de 2006.

15/fevereiro/2007

O santo guerreiro e o conto do PAC ou o BNDES, o PAC e o sumiço das estatísticas

Marco Antonio Villela dos Santos

Nosso Santo Guerreiro divulgou, no dia 22 de janeiro, com pompa e circunstância um milagroso pacote, o “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC) – pacote e programa nunca dantes vistos em nosso país, como costuma dizer o próprio. E capaz de levar “nosso” (na verdade, deles) capitalismo às alturas. Logo a seguir o BNDES divulga, a 12 de fevereiro, análise altamente elogiosa ao Programa. A entrevista coletiva na sede do banco gera ampla cobertura on line da imprensa, com matérias absolutamente iguais em todos os sítios. Estranhamente, o documento divulgado omite dados de pesquisa do próprio BNDES realizada durante 2006 e divulgada em novembro, que apontava perspectivas de investimento em alguns casos maiores que as do PAC. Decidimos mobilizar nossas poucas forças para, após uma análise criteriosa, tentar esclarecer em que consiste o PAC, apresentado pelo governo e pela “esquerda” governista (sic) como uma inflexão na política econômica e o porquê do sumiço dos dados da pesquisa do BNDES.

* * *

1. O BNDES, o PAC e o sumiço das estatísticas

A assessoria de comunicação do BNDES informa à imprensa de uma entrevista coletiva, marcada para o meio da tarde, na qual será divulgado estudo do Banco sobre os impactos do PAC. Na hora marcada, os principais monopólios da “grande” imprensa (O Globo, Folha de S. Paulo, Estadão, etc.) ouvem os elogios do chefe da Secretaria de Assuntos Econômicos do BNDES, Ernani Teixeira Torres Filho, também professor do Instituto de Economia da UFRJ, ao plano do governo do qual faz parte. Em seguida, a internet é entupida com matérias idênticas entre si [1], que afirmam estarem baseadas no documento do BNDES – ou apenas na coletiva, como saber? – coisas como:

“... projetos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vão gerar um aumento de 2,2 pontos percentuais na taxa de investimento até 2010” (G1, da Globo);

“... diferença entre os investimentos do primeiro período [2002-2005] para o segundo [2007-2010] seria de 132,4% ou 18,4% por ano em média” (Agência Estado);

“O governo sozinho está fazendo este esforço de ampliação do investimento” (Terra e Folha Online).

O que tem importância no documento do BNDES – *Porque o PAC vai aumentar o investimento* [2] – no entanto, não é apenas o que o texto contém, mas sim, principalmente, o que ele omite. Para isso, recuemos uns poucos meses, ao mês de novembro do ano passado, e examinemos outros quatro artigos do próprio BNDES, escritos pelos mesmos autores deste de 12 de fevereiro, na mesma série *Visão do Desenvolvimento* (n.ºs. 18 a 21) e disponíveis na mesma página do sítio do banco.

Esses outros textos divulgam os resultados de extensa pesquisa realizada pelo BNDES durante todo o ano de 2006 a respeito das perspectivas para investimentos no quadriênio 2007-2010, exatamente – e não por coincidência – o período do 2º governo de Lula. A pesquisa abrangeu 16 setores, sendo nove industriais e cinco de infra-estrutura, além de construção residencial e *software*. As fontes utilizadas foram projetos de financiamento/investimento na carteira do próprio banco, os balanços das empresas de cada setor, bem como seus planos estratégicos, estudos de associações empresariais, e subsidiariamente dados do IBGE (*Porque os investimentos na indústria vão crescer. Visão do Desenvolvimento* n.º. 19, 10.11.2006, p. 1 e 3). De acordo com a pesquisa, esses setores que responderam por quase metade da taxa de investimento do país tinham “projetos e perspectivas de investimento que somaram mais de R\$ 1 trilhão” (*Investimentos vão crescer entre 2007 e 2010, Visão do desenvolvimento* n.º. 21, 29.11.2006, p.4-5). Ou seja, o dobro dos projetos de investimento **incorporados** no PAC.

Na página seguinte anexamos as tabelas apresentadas nesses estudos com os resultados setoriais da pesquisa.

As conclusões apresentadas pela pesquisa mostram perspectivas de investimentos para 2007-2010 diferentes para os diversos setores. Analisamos abaixo apenas os setores para os quais se podem comparar os resultados da pesquisa do BNDES com os investimentos **incorporados** pelo PAC, conforme o espírito do documento de 12 de fevereiro (n.º. 24).

1. Petróleo e Gás: investimentos projetados de R\$ 183,6 bilhões de 2007 a 2010, conforme pesquisa do BNDES. Nesses setores, os investimentos têm “*característica de forte*

Quadro 1 – Crescimento nos Investimentos Mapeados na Indústria (2007-2010/2002-2005)

Setores	Investimento (R\$ bilhões)		Previsão de Crescimento (% ao ano)
	Realizado 2002-2005	Previsão 2007-2010	
Petróleo e gás	99,2	183,6	13,1
Extrativo mineral	29,8	52,7	12,1
Siderúrgico	14,4	37,1	20,8
Papel e celulose	9,2	20,0	16,9
Petroquímico	8,8	17,6	14,8
Automotivo	20,9	28,5	6,4
Eletroeletrônico	8,2	15,6	13,9
Fármacos	3,9	4,6	3,4
Sucroalcooleiro	12,5	20,5	10,3
Indústria	207,0	380,2	12,9

Fonte: *Porque os investimentos na indústria vão crescer*, *Visão do Desenvolvimento* nº 19, 10.11.2006, tabela 2.

Quadro 2 – Expansão nos Investimentos em Infra-Estrutura (2007-2010/2002-2005)

Setores	Investimento (R\$ bilhões)		Previsão de Crescimento (% ao ano)
	Realizado 2002-2005	Previsão 2007-2010	
Energia Elétrica	40,8	88,2	16,6
Comunicações	58,7	58,8	0,0
Portos	n.d.	1,9	n.d.
Ferrovias	7,7	11,0	7,4
Saneamento	16,3	38,1	18,5
Infra-estrutura	123,5	197,9	9,9

Fonte: *Os rumos dos investimentos em infra-estrutura*, *Visão do Desenvolvimento* nº. 20, 17.11.2006, tabela.

autonomia frente aos condicionantes macroeconômicos domésticos" (nº. 19, p.5) por dependerem das condições do mercado externo e serem realizados por empresas internacionalizadas e, em geral, com grau de investimento (*investment grade*);

2. Energia Elétrica: investimentos previstos atingem R\$ 48 bilhões para geração, R\$ 16 bilhões para transmissão e R\$ 24 bilhões para distribuição no quadriênio. A pesquisa conclui que em função das características desses investimentos de longo prazo e de valor elevado e, dados os riscos regulatórios e ambientais, são os investimentos que "apresentam maior risco de efetivação" (nº. 20, p. 7);

3. Saneamento: caso especial da pesquisa do BNDES, pois não foram utilizados dados de projetos de investimento, mas sim "necessidades identificadas pelo Ministério das Cidades para alcançar a universalização dos serviços" (nº. 20, p.6), que montavam R\$ 38,1 bilhões entre 2007-2010, aumentando a incerteza quanto à sua efetivação. Embora apresente os mesmos riscos do setor de energia elétrica, no caso dos investimentos em saneamento eles devem ter sido reduzidos com a aprovação da legislação referente ao setor, posteriormente à publicação do estudo;

4. Ferrovias e Portos: investimentos de, respectivamente, R\$ 11 bilhões e de R\$ 1,9 bilhão, no período. Nesses casos, "parcela dos investimentos deve vir de empresas privadas exportadoras e de logística, com forte geração de caixa e bons indicadores de lucratividade" (nº. 20, p. 6-7).

Em resumo, a pesquisa conclui que os investimentos de-

vem crescer no próximo quadriênio, estimulados por diversos fatores, o principal dos quais a dinâmica "dos mercados externos" – isto quer dizer, da economia mundial, do imperialismo – do aumento do crédito doméstico, da necessidade de criação de infra-estrutura empresarial, entre outros (nº. 21, quadro resumo, p. 7).

Sintetizaríamos, retomando a tese que vimos defendendo quando avançamos o conceito de regressão a uma situação colonial de novo tipo: a adequação regressiva do Brasil à nova configuração da economia mundial, em virtude dos rearranjos causados pela crise do imperialismo e pelo novo papel da Ásia, em especial da China, determina/obriga o desenvolvimento, e conseqüentemente o investimento - **i)** dos setores vinculados à exportação, principalmente de *commodities*; **ii)** das empresas estrangeiras que utilizam o país como plataforma de exportação; e, **iii)** obviamente, da infra-estrutura estatal ou privada que lhes é necessária (estradas, ferrovias e portos para escoamento e exportação da produção, garantia de fornecimento constante e a preços razoáveis de energia, etc.).

Um dos pontos a ressaltar, ao analisar as conclusões da pesquisa, é que de nenhuma maneira esses investimentos, apontados nos estudos publicados em novembro de 2006, podem ser chamados de "investimentos do PAC" ou de "as medidas do PAC", conforme as matérias da Folha Online e da Agência Estado a partir de declarações do representante do BNDES, na entrevista realizada após o lançamento do programa.

Deixando por um momento a pesquisa do BNDES, podemos voltar ao presente, mais precisamente ao documento do BNDES do dia 12 de fevereiro, que analisa o PAC. Olhando a tabela 2 de *Visão do Desenvolvimento* n.º. 24 (p.4),

reproduzida abaixo (Quadro 3), vê-se uma comparação entre os investimentos realizados entre 2002 e 2005 tomados a partir da mencionada pesquisa do BNDES e os previstos/incorporados no PAC.

Quadro 3 – Crescimento no Investimento Previsto no PAC

Setores	Realizado	PAC	Crescimento	
	2002-2005*	2007-2010**	Total	Anualizado
	R\$ bilhões	R\$ bilhões		
Infra-estrutura energética				
Petróleo e Gás	99,2	179,0	80,4	12,5
Energia Elétrica (exc. distrib.)	20,2	78,4	287,5	31,1
- Geração	14,3	65,9	361,7	35,8
- Transmissão	6,0	12,5	109,9	16,0
Infra-estrutura social e urbana				
Habitação	33,7	106,3	215,4	25,8
Saneamento	16,3	40,0	145,4	19,7
Infra-estrutura logística				
Ferrovias	7,7	7,9	2,6	0,5
Total (82% do PAC)	177,1	411,6	132,4	18,4

*levantamento realizado pela SAE/BNDES - valores a preços constantes de 2006.

**valores previstos no PAC

Fonte: *Porque o PAC vai aumentar o investimento, Visão do Desenvolvimento* n.º. 24, 12.02.2007, tabela 2.

Quadro 4 – Comparação da pesquisa/previsão BNDES com o PAC

Setores	Previsão BNDES 2007-2010 (R\$ bilhões)	Previsão PAC 2007-2010 (R\$ bilhões)	Diferença PAC-BNDES	
			R\$ bilhões	%
Infra-estrutura energética				
Petróleo e Gás	183,6	179,0	-4,6	-2,51
Energia Elétrica (excl. distribuição)	64,0	78,4	14,4	22,50
- geração	48,0	65,9	17,9	37,29
- transmissão	16,0	12,5	-3,5	-21,88
Infra-estrutura social e urbana (1)				
Saneamento	38,1	40,0	1,9	4,99
Infra-estrutura logística				
Ferrovias	11,0	7,9	-3,1	-28,18
Portos	1,9	2,7	0,8	42,11
Total (61% do PAC)	298,6	308,0	9,4	3,15

Fonte: BNDES, textos n.º 19, 20 e 24 - Elaboração: CeCAC

(1) Os investimentos incorporados no PAC em habitação, R\$106,3 bilhões, não estão incluídos por não ser possível sua comparação com a pesquisa do BNDES, já que o texto n.º18 não apresenta essa estatística de forma similar aos demais textos utilizados como fonte.

Percebe-se claramente na tabela que uma coluna está faltando, foi omitida. Se as previsões de investimentos do PAC para o período 2007/2010 são contrastadas com os dados da pesquisa do BNDES, divulgada em novembro passado, para o desempenho do período 2002/2005, por que não estão apresentados na tabela os resultados, da mesma pesquisa, para as perspectivas de investimento de 2007 a 2010?

Resposta: porque os resultados da pesquisa do BNDES para as perspectivas de investimento entre 2007 e 2010 são em

alguns casos maiores que os investimentos prometidos no PAC e, no geral, praticamente idênticos.

Essa comparação mostraria que há pouco – quando há – “dinheiro novo” no PAC. Assim, ao invés de uma “mudança significativa no ambiente econômico brasileiro”, como querem economistas entrevistados pela Carta Maior [3], houve um grande esforço do governo Lula de recolher todos os projetos de investimento públicos ou privados já em andamento ou planejados, colocar-lhes um vistoso laço de fita –

na forma de “modernas” apresentações em Power Point – e vender o pacote como peça de propaganda com ampla cobertura da imprensa. *Um verdadeiro conto do pacote!*

Enquanto o PAC, de acordo com os setores analisados pelo BNDES, acrescentaria 2,2% do PIB em investimentos até 2010 (n.º. 24, p.3), a pesquisa do próprio banco mostra que os projetos de investimentos, levantados em 2006, acrescentariam os seguintes montantes (n.º. 21, p.5): petróleo e gás, 0,6% do PIB; energia elétrica, 0,5% do PIB; demais de infra-estrutura, 0,1% do PIB; e construção residencial, 1,2% do PIB. O total para esses setores alcançava, portanto, na pesquisa de 2006, 2,4% do PIB.

A questão é que, ao se fazer uma tabela com esses números (**ver a montada por nós na pg.6, Quadro 4**), obrigaria ao BNDES responder perguntas inconvenientes como:

- Qual a novidade do PAC, já que existiam projeções do crescimento “espontâneo” da economia, feitas anteriormente? Já que existem projetos de investimentos similares/idênticos ou ainda maiores que os prometidos no Pacote?
- Qual é, na realidade, o montante de recursos novos, discriminados por cada fonte (orçamento da União, estatais, capital privado nacional, multinacionais), a ser agregado pelo PAC aos investimentos já programados pelas empresas?
- Qual o efetivo impacto adicional que o PAC poderá trazer em termos de crescimento econômico capitalista para o Brasil? E, falando em crescimento econômico capitalista, qual o efeito da ausência de sua articulação com as políticas monetária (juros altos) e cambial (“real forte”)? O PAC resulta em maior autonomia ou maior submissão ao imperialismo?
- E, por fim e com certeza o mais importante, a que setores das classes dominantes brasileiras e do imperialismo esse possível crescimento beneficiará de forma direta? E os trabalhadores?!!!

Com isso, talvez, não fosse possível ao banco fazer tantos elogios...

Em suma, podemos resumir a avaliação inicial que fazemos do PAC e dos documentos do BNDES nos três itens abaixo.

- 1) A partir da análise da pesquisa do BNDES, publicada em novembro de 2006, podemos concluir que o PAC não agregou, de forma significativa, investimentos novos às perspectivas de investimento já existentes na economia ao final do ano passado, ao contrário do que quer fazer crer a intensa máquina de propaganda governista/petista.
- 2) Dessa forma, dificilmente o PAC será o causador de aumento relevante na taxa de crescimento do PIB nos próximos quatro anos, novamente ao contrário do que diz a máquina de propaganda governista/petista.
- 3) O PAC não é, muito pelo contrário, um marco de inflexão da política econômica neoliberal imposta pelo imperialismo, iniciada por Collor, levada adiante por FHC em seus dois mandatos, seguida por Lula em seu primeiro mandato e continuada no segundo, diversamente do que vem advogando certa “esquerda” petista/governista e, agora, desenvolvimentista para justificar que é esquerda.

Em primeiro lugar, note-se que o PAC não traz qualquer mudança na política monetária dos juros mais altos do mundo como quer o capital financeiro. Pelo contrário, é opinião unânime que o Banco Central quis demonstrar sua “independência” em relação ao governo e sua dependência para com o imperialismo, ao reduzir o ritmo de queda dos juros

apenas dois dias após o anúncio do PAC.

Em segundo lugar, e em sintonia com os juros altos, a política cambial mantém a taxa de câmbio apreciada, beneficiando as plataformas de exportação das multinacionais no Brasil, cujas exportações têm elevado percentual de insumos importados, barateados com o “real forte”. Beneficia também as importações, ajudando a eliminar concorrentes internos, e não prejudica os exportadores de *commodities* que, como diz o BNDES, têm “forte autonomia frente aos condicionantes macroeconômicos domésticos” (n.º. 19, p.5) e estão aproveitando o ciclo de alta desses produtos no mercado internacional.

Em terceiro lugar, permanece o compromisso com a política fiscal de superávits primários, buscando-se economizar o que for necessário para pagar os juros da dívida pública aos rentistas. Não por acaso, quando a “esquerda” petista/governista ainda comemorava os “Projeto Piloto de Investimento” (PPI), que permitem reduzir o superávit primário, ou na interpretação delirante da Agência Carta Maior “Governo sacrifica juros para investir mais e incentivar economia” (*matéria* de André Barrocal, de 23.01.2007), o Governo Lula anunciou através do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o contingenciamento de R\$ 16,5 bilhões em verbas do orçamento. Apenas para lembrar, os PPIs foram criados com o aval do FMI, mesmo quando esse “de acordo” já não era mais necessário, em função do encerramento do acordo Brasil-FMI. Além disso, o nível do superávit primário “ajustado” do PAC, de pelo menos 3,75% do PIB, é igual à maior meta (de 2002) de superávit primário do governo FHC.

2. PAC, o agravamento da inserção do Brasil na nova divisão capitalista do trabalho internacional

“... um país dominado, ou anteriormente dominado, que não modifica a sua situação na divisão capitalista do trabalho internacional não faz senão reproduzir a sua situação desfavorável: quanto mais cresce a produção dos produtos que o seu ‘lugar’ lhe atribui, mais participa no agravamento da sua situação desfavorável...” (Charles Bettelheim)

Contudo, a questão realmente relevante para a classe operária e para as classes dominadas não é a de que Lula, o PT e congêneres, ao lançar o PAC, tenham armado um novo engodo para ludibriar os dominados. A tarefa de conter a luta de classes é uma das principais funções deste “*lugar-tenente operário da classe capitalista*”, como o classificaria Lênin [4], para isto disposto a usar de todos os meios a seu dispor de acordo com as regras das classes dominantes na luta de classes.

Para as classes dominadas, o que de realmente importante revelam o PAC e os levantamentos realizados pelo BNDES é de que as classes dominantes no Brasil, através das políticas postas em prática pelo seu governo, embarcaram com armas e bagagens no processo de reestruturação da economia mundial. Processo que resulta para a formação econômico-social brasileira na necessidade de se reorganizar de acordo com a nova “*divisão capitalista do trabalho internacional*”, o que conceituamos como processo de **regressão a uma situação colonial de novo tipo**, com a diferença de que agora, simbolicamente, sob o comando dos “*de baixo*”, como diz Francisco de Oliveira.

Todos aqueles que querem libertar nosso povo têm de saber e denunciar o fato de ter o imperialismo encontrado um capataz operário e partidos reformistas para colocar a seu

serviço, facilitando seu trabalho de aumentar a exploração de nosso povo ou aumentando nossa "competitividade" na economia mundial, como diz a nossa "esquerda", o que vem a dar no mesmo. Como ressaltava Lênin, não se pode combater o imperialismo sem combater o oportunismo e o reformismo.

É só ler as "Visões do Desenvolvimento" do "nosso" "Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social" que, de forma clara e repetida, afirma que os investimentos previstos, arrolados e analisados em seus documentos atendem aos interesses da economia mundial, quer dizer da nova "divisão capitalista do trabalho internacional" gerada pela crise do imperialismo.

Investimentos que já estavam previstos antes do pacote do governo, atendendo às determinações da economia mundial colocadas bem antes do governo anunciar que estava elaborando qualquer Plano.

Vejamos alguns dos esclarecedores trechos do documento do BNDES:

"...

Características e determinantes dos investimentos

Os principais setores da indústria analisados apresentam algumas características marcantes. São predominantemente intensivos em capital e com investimentos concentrados em projetos de longo prazo de maturação. Suas operações se dão, basicamente, com preços determinados em moeda estrangeira, fixados de acordo com os mercados internacionais. As empresas são internacionalizadas e muitas são classificadas como "grau de investimento" (investment grade) pelo mercado financeiro internacional. O aumento da produção está basicamente voltado para a exportação. Assim, esses fatores conferem aos investimentos desses setores uma característica de forte autonomia frente aos condicionantes macroeconômicos domésticos, como renda, juros e câmbio.

Os fatores determinantes desses investimentos, no entanto, guardam algumas diferenças entre os setores. O desempenho da economia internacional – aumentos da demanda e de preços – é particularmente relevante para o petróleo e a mineração, uma vez que a taxa de investimento está chegando a recordes históricos nessas áreas. Em ambas, houve um forte crescimento da produção nos últimos anos, estando a capacidade instalada próxima de seus limites máximos.

No caso de siderurgia e papel e celulose, o fator mais importante são as estratégias internacionais de deslocamento de bases produtivas. O Brasil está sendo objeto da instalação de plantas novas – greenfield – cuja produção para exportação substituirá as das fábricas de placas de aço e de celulose que estão sendo fechadas em países da Europa e da América do Norte. Esses projetos estão sendo atraídos pela forte competitividade brasileira nestes setores. De fato, nossos custos de produção estão entre os mais baixos do mundo nesses setores. É o mais baixo na siderurgia e o segundo mais baixo em papel e celulose – superado recentemente pela Indonésia.

Na petroquímica, o quadro é um pouco diferente. O foco não é a exportação, mas o mercado interno. O destaque é o projeto do Complexo Petroquímico do Rio

de Janeiro (Comperj), joint venture entre Petrobras e Grupo Ultra (além de eventuais parceiros). Em lugar de exportar, a baixo preço, o excedente de petróleo pesado da Bahia de Campos, seu objetivo é agregar valor a esse óleo, redirecionando-o para a cadeia petroquímica nacional. Trata-se primordialmente de um investimento de encadeamento entre segmentos da indústria nacional. A despeito disso, é um investimento que, pelas empresas envolvidas e pelo fato de esses setores serem internacionalizados, também deve ser considerado autônomo. ...

... Conclusão.

... A maior parte desses investimentos é de caráter autônomo, em relação ao mercado interno. Responde a movimentos de expansão e deslocamento da economia internacional. Reflete, por sua vez, a competitividade do Brasil e a capacidade de resposta de suas empresas ao cenário externo favorável, em segmentos como: petróleo, mineração, celulose e siderúrgico. Gerou, indiretamente, algumas oportunidades de encadeamento entre a indústria nacional, como é o caso da petroquímica. Os resultados da pesquisa são, de certa forma, surpreendentes, tanto pela magnitude dos valores de investimento levantados, quanto pelo fato de serem em sua maior parte autônomos ao mercado interno. ...". (TORRES FILHO, Ernani Teixeira e PUGA, Fernando Pimentel. **Por que os investimentos na indústria vão crescer.** BNDES - Visão do Desenvolvimento. Nº. 19, 10 nov. 2006, pp. 5, 6 e 7. Sublinhados nossos)

Ora! Investimentos "em sua maior parte autônomos ao mercado interno" - imagine se não fosse o BNDES um banco "nacional"!

O que só demonstra o que todos sabemos desde Marx: para as classes dominantes no capitalismo o único "desenvolvimento econômico e social" que interessa é o do lucro.

notas:

[1] Veja as matérias desses órgãos nos seguintes links, pesquisados na madrugada do dia 13 de fevereiro:

G1 (da Globo): http://g1.globo.com/Noticias/Economia/O_AA1454470-5599_00.html;

Folha Online: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u114453.shtml>;

Agência Estado: <http://www.agemado.com.br/ultimas/economia/noticias/2007/fev/12/294.htm>; Terra: <http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200702122213> RTR 1171318404n12426186&idtel

[2] O documento é o nº 24 da série *Visão do Desenvolvimento*, iniciada em junho de 2006 e disponível no link <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/visao.asp>

[3] Os economistas são Ricardo Carneiro (Unicamp) e João Sicsú (UFRJ). Ver a matéria de Gilberto Maringoni para o site Carta Maior, *Volta a Mão Visível do Estado*, de 23.01.2007 no link http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13366

[4] Ou "o mais qualificado mediador entre a minoria abastada, ou quase, e a maioria estacionada entre a pobreza e a miséria absoluta", como quer Mino Carta, editor da Carta Capital, para justificar sua opção em defender o governo (ver nosso artigo "*Eleições. Por Que Lula?*")

28/fevereiro/2007

Para acessar o sítio do CeCAC, tecle:
www.cecac.org.br
leia, discuta e divulgue!

CeCAC - Horário de funcionamento:

de segunda a sexta das 14 às 18h

Tel: 2524-6042 e-mail: cecac@terra.com.br
sítio: www.cecac.org.br